

CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICA URBANA – COMPUR

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 21 dias do mês de fevereiro de 2008, na sede do Instituto de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável de Araxá, na Avenida Senador Montandon, nº 332, em Araxá, reuniram-se as pessoas abaixo-assinadas (lista de presença anexa), para discussão dos assuntos constantes na pauta anexa, a qual também torna-se parte integrante desta ata. Depois de verificado o cumprimento das formalidades legais e o quorum para realização, Sr Luiz Alberto Balieiro, presidente, assumiu a direção dos trabalhos, agradeceu a presença de todos e expôs que será proposto um calendário anual de reuniões para o Conselho. Após convidar a mim, Bianca Rosa de Mesquita Mucci, para secretariar a presente reunião, iniciou-se a discussão das questões em pauta. 1) **Proposta de zoneamento para a Avenida Rosalvo dos Santos e Avenida Pedro Honorato dos Santos (Avenida Ecológica)**. Paulo de Souza Jr., superintendente do IPDSA, propôs que o zoneamento da Avenida Rosalvo dos Santos seja o mesmo zoneamento existente para a Avenida Dâmaso Drumond, uma vez que se trata do prolongamento desta e para a Avenida Ecológica Pedro Honorato, foi proposta por Paulo de Souza Jr que haja restrição de não urbanização nos dois lados da avenida a fim de se preservar a área verde existente. Que esta restrição seria de não se permitir edificação sobre uma faixa em torno de 30 metros ao longo da avenida. A questão foi discutida e Luiz Alberto Balieiro perguntou se o proprietário Ismael Honorato foi avisado desta possível restrição, tendo sido respondido que não e todos manifestaram no sentido de que fosse levada a questão ao Sr. Ismael e D. Lourdinha (proprietários). Leandro Haddad e Francisco Amando também expuseram seus pontos de vista no sentido de que a área é nobre e muito valorizada e que esta possível restrição deve ser conversada com os proprietários e Bianca Rosa de Mesquita Mucci expôs que esta restrição poderia configurar uma desapropriação indireta por parte do Município instituída em desfavor de Sr. Ismael Honorato. Alcameno também se pronunciou e disse existe sim o interesse de preservação daquela área e que este interesse é de toda coletividade. A diretriz de preservação ambiental e conseqüente não edificação desta faixa foi por todas aprovada com a condição de que se que respeite os direitos dos proprietários lindeiros a avenida que certamente sofreriam grande limitação ao

seu direito de propriedade e conseqüentemente prejuízos advindos desta limitação. Continuando a pauta a ser tratada, foram lidas as **correspondências recebidas**, a saber 1) **consulta sobre loteamento fechado**. A questão foi posta por Bianca Rosa de Mesquita Mucci, a qual explicou sobre a diferença entre loteamento fechado e condomínio. Foi dito que como a questão envolve aspectos legais que o IPDSA emitirá parecer aos solicitantes, deixando claro sobre a possibilidade de loteamentos fechados, mas desde que os proprietários assumam os ônus de manutenção e conservação das vias públicas, tais como limpeza, coleta de lixo, etc e desde que não restrinjam o acesso a terceiros, melhor dizendo, poderá haver um controle de acesso e jamais vedação de acesso de terceiros no loteamento. Quanto a segunda correspondência de Amaro Pereira Gomes Filho, foi solicitada uma **permuta de áreas verdes**. A área verde de um futuro loteamento a ser implantado junto a Rua Honório de Paiva Abreu seria estabelecida em igual metragem na **encosta do Cristo**, uma vez que há interesse do Poder Público em se preservar esta encosta. Francisco Amando, Pedrinho da Mata elogiaram a iniciativa e ficou entendido que há, segundo a legislação ora vigente, entraves legais. No entanto, nada impedirá que no futuro possa ser feita legislação específica para atendimento deste caso. Quanto a **correspondência do vereador Jose Cincinato de Ávila e Otavio Gomes de Menezes** de alteração do Plano Diretor e modificação na composição do COMPUR, Bianca leu, na íntegra, o pedido, com as sugestões por eles propostas. A questão foi debatida. Alcameno propôs que o COMPUR fosse também deliberativo. Que CODEMA ficasse com as questões ambientais e o COMPUR com as questões urbanísticas. Paulo de Souza Jr. expôs que no tocante à questão urbanística a ser discutida pelo COMPUR seria um ganho porque este conselho seria mais apto para deliberar sob questões urbanísticas, já que o conselho deve refletir a visão da cidade como um todo, sob todas suas dimensões que envolve a gestão de uma cidade e então o COMPUR estaria mais apto para estas deliberações. A proposta foi aprovada e implicará em futura modificação do Plano Diretor. Quanto a **proposta de alteração do Decreto nº 805 de 9 de outubro de 2003, sobre a composição do COMPUR**, esta foi lida e Luiz Alberto Balieiro propôs que o COMPUR tivesse membros técnicos, não se manifestando favoravelmente a diminuição de números de conselheiros do CREA. Alcameno se manifestou de acordo com a proposta, mas que quando indicados membros por seu segmentos representativos, estes indicassem técnicos da referida área. Por exemplo no setor industrial, que se

indique alguém que tenha perfil, um engenheiro por exemplo. Alcameno expôs que esta sua proposta resultaria na democratização do Conselho . Vitor Hugo defendeu a proposta no sentido de que 5 membros de um só segmento não garantiriam a participação da comunidade, sendo este o objetivo dos Conselhos. Quanto às demais solicitações contidas na correspondência mencionada, Agno Rosa propôs que fosse instituída uma comissão para discussão das mudanças propostas e Paulo de Souza Jr, sugeriu uma comissão a ser formada por Alcameno, Bianca, Vitor Hugo, Eustáquio. Dentro das mudanças a ser estudada pela comissão, Ivan Biondi propôs que os presidentes de CODEMA e COMPUR não sejam cumulados pela mesma pessoa. Vitor Hugo sugeriu que o presidente do CODEMA fosse indicado por seus próprios membros e não por indicação do Prefeito. Paulo de Souza Jr. complementou concordando com esta proposta; ALCAMENO expôs que o Decreto poderia dispor que o presidente do COMPUR seja diferente do presidente do CODEMA e também expôs que o COMPUR trata-se de um Conselho que ainda é imaturo (criação mais recente) e que tem grande importância para a comunidade e então, até que ele adquira maturidade poderia existir conflito entre o Prefeito e o presidente que por ele não fosse indicado. Vitor Hugo concordou no sentido de que os próprios membros elegeassem seu presidente argumentando que um conselho independente e afinado é um desafio e que com bom senso poderá ser enfrentado. Em face da aprovação unânime sobre a comissão a ser formada para o enfrentamento destas questões, a reunião foi encerrada, não chegando a ser discutido o Regimento Interno do COMPUR que ficou para a próxima reunião. Nada mais havendo a discutir, foi encerrada a presente reunião. Na ausência do Presidente que teve de se ausentar por motivos profissionais, Paulo de Souza Jr. encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Do que para constar, eu Bianca Rosa de Mesquita Mucci, secretária *ad hoc* lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os demais presentes.

Araxá, 21 de fevereiro de 2008.